



Imprimir



Fale Conosco

Zoom+
Zoom-Edições
Anteriores

Busca

ANO IV - Número 41
Brasília, 10/10/2011

Heloneida Studart

A SPM manifesta seu profundo pesar pelo falecimento, aos 75 anos, da ex-deputada estadual Heloneida Studart, na segunda-feira (03/12), no Rio de Janeiro. Jornalista, escritora, política, feminista e mãe, Heloneida é reconhecida por sua trajetória de luta pelos direitos das mulheres, principalmente, por sua atuação na Assembléia Constituinte onde participou ativamente do chamado "Lobby do Batom", reivindicando a inclusão dos direitos trabalhistas específicos para as mulheres, como a licença maternidade de 120 dias. Heloneida também lutou contra a ditadura na década de 60 e foi uma das fundadoras, em 1975, do Centro da Mulher Brasileira, núcleo do movimento feminista organizado no Brasil. Exerceu quatro mandatos como deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT), na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), período em que lutou ativamente pelos direitos da mulher. Atualmente, era diretora do Centro Cultural da Alerj.



Pará adere ao Pacto Nacional I

O Estado do Pará aderiu ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Governo Federal. O termo de compromisso foi assinado na sexta-feira (7/12) entre a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), e a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, no Palácio dos Despachos. A assinatura do Pacto reafirma o compromisso da SPM com o enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres no Pará, inclusive com a promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão.



Pará adere ao Pacto Nacional II

Dentre as diversas ações a serem desenvolvidas em parceria com o Governo do Estado do Pará, estão a construção e a reforma de estabelecimentos penais femininos, a capacitação de agentes públicos que atuam nas áreas de segurança, saúde e assistência social e a construção de Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Os recursos da SPM a serem liberados para o Pará, por meio de convênios, totalizam cerca de R\$ 2 milhões.



Pará adere ao Pacto Nacional III

Serão construídos de cinco Centros de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - "Maria do Pará" - nos municípios de Abaetetuba, Altamira, Capanema, Santarém e Xinguara. Em Belém, o Centro de Referência receberá recursos para aquisição de equipamentos. Em

AGENDA

Espírito Santo adere ao Pacto

O Espírito Santo é o próximo Estado a aderir ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. O termo de compromisso será assinado nesta segunda-feira (17/12) entre a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), e o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, às 17 horas, no Palácio Anchieta, em Vitória (ES). A assinatura do Pacto reafirma o compromisso do Governo Federal com o enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres.



Conferência Nacional de Assistência Social

A ministra da SPM, Nilcéa Freire, participa da cerimônia de abertura da VI Conferência Nacional de Assistência Social, no dia 14/12, às 18 horas, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. O evento é uma iniciativa do Ministério do

Parauapebas, será construída uma Defensoria Pública da Mulher e reformado o Centro de Referência de Atendimento à Mulher. Em Bujaru, as mulheres quilombolas serão contempladas com um projeto de capacitação sobre a Lei Maria da Penha. Em Santarém, gestores e professores de escolas públicas participarão do projeto "A Escola como espaço de combate à violência contra a mulher". Há ainda recursos do Pronasci para a construção e reforma de estabelecimentos penais femininos.



Atuação da SPM no Pará I

Desde que tomou conhecimento do caso envolvendo a adolescente de 15 anos que sofreu abuso sexual e ficou presa em uma cela com homens no município de Abaetetuba (PA), a SPM não hesitou em tomar atitudes e trabalhar em parceria com Ministério da Justiça e a Secretaria Especial de Direitos Humanos para reverter as condições que propiciaram o drama da menina. A primeira iniciativa foi oficial imediatamente o Governo do Estado do Pará informando que acompanharia o caso. Em seguida, foi distribuída nota à imprensa dando conhecimento à sociedade sobre as medidas em andamento. No dia 23 de novembro, a SPM enviou ao Pará uma comissão composta por representantes do Grupo de Trabalho Interministerial que estuda a reformulação do sistema carcerário no Brasil. O grupo se encontrou com a governadora Ana Júlia e com as autoridades policiais e judiciárias do estado, acompanhou as investigações envolvendo a adolescente, visitou a carceragem de Abaetetuba e o presídio feminino de Ananindeua, além de articular medidas de assistência social e de proteção para a família da adolescente.



Atuação da SPM no Pará II

Em audiência pública, realizada no dia 27 de novembro na Comissão dos Direitos Humanos do Senado Federal, a ministra Nilcéa Freire reafirmou sua indignação e lamentou a atitude da juíza e da delegada envolvidas na prisão ilegal da adolescente. Nilcéa destacou a necessidade da ação conjunta do Governo Federal, estados e municípios para o enfrentamento da questão. No dia 4 de dezembro, a ministra participou de audiência pública na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário da Câmara dos Deputados. Na ocasião, ela apresentou aos parlamentares o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, destacando inclusive as ações negociadas com o Pará não só para promover os direitos humanos das mulheres em situação de prisão, mas para enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres.



"Por uma vida sem violência" I

Ao som de canções de Alcione, Margareth Menezes, Elba Ramalho, Lenine, Vander Lee, Tony Platão, André Ramiro e Fred Milianti, Rosemary, dos grupos Moinho e As Chicas, o Dia Internacional da Não-Violência contra as Mulheres e um ano de vigência da Lei Maria da Penha foram celebrados, no dia 26 de novembro, no Canecão (RJ), com o show "Por uma Vida sem Violência". As músicas tinham a mulher como tema. Promovido pela SPM, Secretaria de Ação Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e pela ONG

Desenvolvimento Social (MDS) e já tem a presença confirmada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a abertura dos trabalhos.



ACONTECEU

CNDM protesta contra o PL 1763/2007

Terminou nesta terça-feira (12/12), em Brasília, a quarta reunião ordinária anual do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). No dia 11, as conselheiras do CNDM protestaram contra o Projeto de Lei 1763/2007 que dispõe sobre a assistência financeira à mãe e ao filho gerado em decorrência de estupro. Durante a reunião, uma carta de repúdio ao PL foi aprovada por unanimidade. O documento foi entregue ao relator do Projeto na Comissão de Seguridade e Família, deputado José Linhares, pela representante da Rede Feminista de Saúde no CNDM, Lia Zanotta. A carta também foi protocolada na Secretaria da Câmara e distribuída aos demais deputados da comissão. O principal objetivo do encontro foi discutir a reestruturação do conselho e a renovação do quadro a partir do próximo ano.



Carta pública I

No dia 25 de novembro de 2007 - Dia

Agende Ações em Gênero e Cidadania (Agende), e patrocinado pela Petrobras, o show foi comandado por Cissa Guimarães e Edwin Luisi.



"Por uma vida sem violência" II

Durante o espetáculo, as atrizes Arlete Sales, Renata Sorrah e Eliane Giardini interpretaram textos de Cora Coralina, Adélia Prado e Clarice Lispector sobre o tema mulher. Elisa Lucinda, ao recitar o poema de sua autoria *Mulata Exportação*, foi aplaudida de pé. Mais 16 artistas e personalidades, entre eles Du Moscovis, Maurício Mattar, Débora Colker, Rocco Pitanga, Flávia Monteiro, e as atletas Isabel e Jacqueline apresentaram ao público 16 maneiras para assumir a luta pelo enfrentamento à violência contra as mulheres. Os textos relembavam os 30 anos de luta de mulheres, a superação da discriminação e a busca de espaço e respeito na sociedade. A gravação do show "Por uma vida sem violência" será distribuída em DVD nos 5.561 municípios do Brasil, como instrumento de divulgação e apoio à Lei Maria da Penha.



"Por uma vida sem violência" III

Estavam na platéia, a ministra Nilcéa Freire, da SPM, o presidente da BR Petrobras Distribuidora, José Eduardo Dutra, o Chefe de Comunicação Institucional e Responsabilidade Social da Petrobras, Wilson Santa Rosa, a diretora do UNIFEM, Ana Falú, a secretária de Ação Social e Direitos Humanos, Benedita da Silva, a diretora-executiva da Agende, Marlene Libardoni, a relatora da Lei Maria da Penha, Jandira Fhegalli, o secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Mariano Beltrame, o procurador-geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Leonardo Bandarra, o promotor de Justiça do Distrito Federal, Fausto de Lima, as três conselheiras de notório conhecimento das questões de gênero, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Rose Marie Muraro, Clara Charf e Albertina de Oliveira Costa, além de representantes dos movimentos de mulheres, coordenações de conselhos da mulher, do Poder Judiciário, autoridades e mulheres que sofreram violência e participaram da cartilha com depoimentos, entre tantas presenças significativas para a questão de gênero no Brasil.



Lançamento da Cartilha I

Antes do espetáculo, foi lançada a Cartilha Lei nº 11340/06: use sem restrições, da Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, no Canequinho Café (RJ). A cartilha estabelece um diálogo entre sociedade e instituições ao trazer informações sobre a Lei e orientações para que os operadores do direito e os agentes de segurança, primeiros a receber as mulheres em situação de violência, apliquem a Lei sem restrições, sem discriminação. O evento foi aberto pela artesã Cristiane Carneiros, uma das sete vítimas de violência doméstica que decidiu contar sua história na cartilha. Ao falar em nome das sete mulheres, Cristiane recitou um poema de Bertold Brecht e relatou o quanto foi difícil tomar uma "atitude" para dar um ponto final na violência vivenciada por ela e por todas.

Internacional da Não-Violência contra a Mulher - o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (FMAP) divulgou uma carta pública convocando os diversos movimentos sociais, especialmente o movimento de mulheres e feministas do Pará, a lutarem pelo fim da impunidade em relação aos casos de violência contra mulheres, crianças, adolescentes e trabalhadores rurais ocorridos no Estado do Pará. No documento, o FMAP destacou a prisão ilegal e o abuso sexual da adolescente que dividiu a cela, por mais de 20 dias, com homens, na carceragem de Abaetetuba, interior do Pará. Também foram lembrados os casos de violência e exploração sexual de meninas e adolescentes denunciados nas últimas duas décadas e que continuam impunes.



Carta pública II

De acordo com o documento "As diferentes violências contra as mulheres revelam concepções de que o homem detém o poder irrestrito sobre as mulheres, traduzido nas diversas formas de cerceamento à sua liberdade, no controle e no uso da força. A violência é um instrumento para manutenção e reprodução das relações

Lançamento da Cartilha II

Na ocasião, a ministra Nilcéa Freire comemorou um ano da Lei Maria da Penha ao dizer que este era um sonho antigo que permeou muitos anos de luta dos movimentos de mulheres e feminista. A secretária Benedita da Silva revelou que sofreu violência ainda criança, lembrando que no Brasil não havia nenhuma proteção a questões como esta. "Hoje, a Lei Maria da Penha veio fazer com que minhas filhas e netas não sofram esse tipo de humilhação", afirmou.

Igualdade de gênero

O Conselho das Cidades (ConCidades), do Ministério das Cidades, recomendou por meio da Resolução Recomendada Nº 42, a criação de programas que tenham como foco as mulheres de baixa renda, buscando a garantia da cidadania e a igualdade de gênero. Esses programas serão desenvolvidos no âmbito do Ministério das Cidades, em parceria com a SPM. Essa recomendação foi publicada no dia 26 de novembro no Diário Oficial da União e tem como base o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), lançado em 2004 pela SPM.

Chinesas podem portar camisinhas

A polícia chinesa não vai mais prender as mulheres em posse de camisinhas, em uma tentativa de frear a propagação da Aids. Antes, o porte do preservativo por mulheres era interpretado como prova de prostituição.

Punição

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decretou, no final de novembro, a prisão de um delegado da Polícia Federal acusado de agredir sua mulher. O processo (2007.001.2109992) corre no I Juizado da Violência Doméstica Contra a Mulher. Até hoje, o policial continua foragido.

Hospital da Mulher

Mais de quatro mil ocorrências contra mulheres já foram registradas este ano em São Luís. Os números são altos e refletem uma triste realidade. Com o objetivo de oferecer atendimento especializado às vítimas de violência e incentivar as denúncias, a Prefeitura de São Luís disponibiliza um setor exclusivo para esses casos no Hospital da Mulher. Para preservar a identidade das vítimas, o setor tem entrada própria e dispõe de atendimentos psicológico, social e médico, para garantir que as mulheres sintam-se amparadas. O atendimento no Hospital da Mulher é feito de segunda a sexta, das 7h às 19h. Nos seus cinco meses de funcionamento, o hospital já atendeu 28 casos de violência contra mulheres, sendo 13 de violência física, 11 de violência sexual e 4 de violência psicológica.

desiguais de poder". Na ocasião, o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense reafirmou a importância da conquista da Lei Maria da Penha e a necessidade do compromisso com sua efetiva implementação pelo Estado e sociedade.

Encontro com alta comissária da ONU

A ministra Nilcéa Freire, da SPM, se encontrou na segunda-feira (03/12), em Brasília, com a alta comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos, Louise Arbour, durante almoço oferecido pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, no Itamaraty. Também participam do encontro o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, além de autoridades dos Poderes Legislativo e Judiciário. Em sua primeira visita ao Brasil, Louise Arbour, participou de encontros com organizações não-governamentais voltadas para a promoção dos direitos da mulher, crianças, adolescentes e deficientes físicos, bem como para o tratamento de questões relativas à discriminação racial ou por orientação sexual, à política carcerária e ao combate à violência.

MG terá juizado de violência doméstica

O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Orlando Adão Carvalho, sinalizou, no final de novembro, a possibilidade de criar, por meio de resolução, juizado e varas especializadas no atendimento a mulheres vítimas de violência. A medida seria uma alternativa para cumprir o que determina a Lei 11.340/06, ou Lei Maria da Penha. A proposta faz parte do Projeto de Lei Complementar (PLC) 26, que estabelece nova organização judiciária em Minas. Mas, o PLC não tem prazo para ser votada na Assembléia Legislativa.

ASCOM/SPM
Jornalista responsável:
Gabriela do Vale (DF 2488JP)
Editoração: ASCOM/SPM
Telefone: (55 61) 3411-4214
spmimprensa@spmulheres.gov.br

O conteúdo do boletim pode ser reproduzido parcial ou totalmente, desde que seja citada a fonte.



Dados da violência em Minas

Segundo a Secretaria de Estado de Defesa Social, desde a entrada da lei em vigor (22/09/2006), as delegacias da capital passaram a receber cerca de 800 inquéritos por mês relativos a agressões contra mulheres. Por semana, em Belo Horizonte, 15 homens são presos em flagrante com base no texto, e dois mandados de prisão são cumpridos. No Estado, a violência gerou 74.464 ocorrências em um ano.



Preservativos na escola

O Governo federal premiou, no dia 30 de novembro, após a realização de concurso nos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet's), a máquina "dispensadora" de camisinhas escolhida para ser implantada em escolas públicas do país. O projeto vencedor camisinha foi desenvolvido no Cefet de Santa Catarina. Inicialmente, as máquinas serão colocadas somente nos colégios que fazem parte do projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), presente em cerca de 1,5 mil escolas de 400 municípios brasileiros.



Mulheres se reúnem em Fórum

Termina nesta quinta-feira (13/12), em Brasília, o XIII Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres. O encontro foi aberto pela ministra Nilcéa Freire e reúne representantes de coordenadorias, assessorias e secretarias da mulher de todo o país. A apresentação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, o balanço da implementação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) nos estados, o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM), a repactuação do PNPM com os estados e a estruturação do próprio Fórum foram os principais assuntos discutidos no encontro.



Se você não quiser mais receber este informativo, [clique aqui](#).

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes -
Zona Cívica Administrativa
70150-900 Brasília DF
Telefone: (61) 3411-4330 e 3411-4246
spmulheres@spmulheres.gov.br www.spmulheres.gov.br